

A CENSURA¹

Pierre Bourdieu

Eu gostaria de falar brevemente da noção de censura. A censura que deixa sua marca em toda obra, está também em ação nesta assembléia. O tempo para falar é um recurso raro e tenho bastante consciência do grau em que a tomada da palavra é uma monopolização do tempo para falar e guardar a palavra por muito tempo.

O que quero dizer pode se resumir numa fórmula geradora: toda expressão é um ajustamento entre um interesse expressivo e uma censura constituída pela estrutura do campo em que ocorre esta expressão, e este ajustamento é o produto de um trabalho de eufemização podendo chegar até ao silêncio, limite do discurso censurado. Esse trabalho de eufemização leva a produzir algo que um acordo de compromisso, uma combinação do que era para ser dito, que tinha como objetivo ser dito, e do que poderia ser dito dada a estrutura constitutiva de um certo campo. Dito de outra maneira, o dizível num certo campo é o resultado daquilo que se poderia chamar de "dar forma": falar é dar formas. Com isso eu quero dizer que o discurso deve suas propriedades mais específicas, suas propriedades de forma, e não apenas o seu conteúdo, às condições que determinam o campo de recepção onde esta coisa a dizer será ouvida. É por aí que se pode superar a oposição relativamente ingênua entre a análise interna e a análise externa das obras ou dos discursos.

Do ponto de vista do sociólogo, que tem seu próprio princípio de pertinência, isto é, seu próprio princípio de constituição de seu objeto, o interesse expressivo será o que se pode chamar de interesse político no sentido bem amplo, entendendo-se que em todo grupo há interesses políticos. Assim, no interior de um campo restrito (como o constituído por esse grupo, por exemplo), a polidez é o resultado da transação entre o que há a dizer e as coerções externas constitutivas de um campo. Vejamos um exemplo tomado emprestado de Lakoff. Diante do

¹ Intervenção no colóquio *La science des oeuvres* (Lille), maio de 1975, publicada em *Information sur les sciences sociales*, 16 (3/4), 1977.

tapete da pessoa que lhe recebe, a visita não dirá "oh, que lindo tapete, quanto custou?", mas sim "posso lhe perguntar quanto custou?". O "posso" corresponde a este trabalho de eufemização que consiste em dar formas. Tendo que exprimir uma certa intenção, podemos ou não dar-lhe formas, estas formas que por exemplo, fazem com que se reconheça um discurso filosófico que, ao mesmo tempo exige ser recebido de acordo com as formas, isto é, enquanto forma e não enquanto conteúdo. Uma das propriedades do discurso em forma, é impor as normas de sua própria percepção; de dizer "trate-me de acordo com as formas", isto é, conforme às formas que eu me dou, e principalmente não me reduza àquilo que nego pela forma. Dito de outra maneira, estou defendendo aqui o direito à "redução": o discurso eufemizado exerce uma violência simbólica que tem como efeito específico interditar a única violência que ele merece e que consiste em reduzi-lo àquilo que ele diz, mas numa forma tal que é como se pretendesse não dizê-la. O discurso literário é um discurso que diz "trate-me como peço ser tratado, isto é, semiologicamente, enquanto estrutura". Se a história da arte e a sociologia da arte estão tão atrasadas é porque o discurso artístico conseguiu impor muito bem sua própria norma de percepção: é um discurso que diz "trate-me como uma finalidade sem fim", "trate-me como forma e não como substância".

Quando digo que o campo funciona como censura, quero dizer que o campo é uma certa estrutura da distribuição de uma certa espécie de capital. Esse capital pode ser a autoridade universitária, o prestígio intelectual, o poder político, a força física, dependendo do campo considerado. O porta-voz autorizado é detentor, seja em pessoa (o carisma), seja por delegação (o padre ou o professor) de um capital institucional de autoridade que faz com que se lhe dê crédito, que se lhe conceda a palavra. Benveniste analisando a palavra grega *skeptron*, a considera como algo que se passava ao orador que ia tomar a palavra para manifestar que sua palavra era uma palavra autorizada, uma palavra que é obedecida, pelo simples fato de ser escutada.

Se, portanto, o campo funciona como censura, é porque aquele que entra neste campo se encontra imediatamente situado numa certa estrutura, a estrutura da distribuição do capital: o grupo lhe concede ou não lhe concede a palavra; concede-lhe crédito ou não, no duplo sentido do termo. Por isto mesmo, o campo exerce uma censura sobre o que ele verdadeiramente gostaria de dizer, sobre o discurso louco, *idios logos*, que ele gostaria de deixar escapar, e impõe-lhe que deixe passar apenas aquilo que é conveniente, que é dizível. Ele exclui duas

coisas: o que não pode ser dito, dada a estrutura da distribuição dos meios de expressão, o indizível, e o que poderia muito bem ser dito, quase demasiado facilmente, mas que é censurado, o inominável.

Simples dar forma, o trabalho de eufemização lida aparentemente com a forma, mas ao cabo, o que ele produz é indissociável da forma na qual ele se manifesta. A questão de saber o que teria sido dito num outro campo, isto é, numa outra forma, não tem absolutamente, sentido; o discurso de Heidegger só tem sentido enquanto discurso filosófico. Substituir autêntico e inautêntico por distinto (ou único) e comum (vulgar), é operar uma modificação extraordinária. Primeiramente, o que funciona como eufemismo é todo o sistema. Utilizei a palavra eufemismo com hesitação, porque o eufemismo substitui uma palavra por outra (a palavra tabu). De fato, a eufemização que quero descrever aqui é aquela operada pela totalidade do discurso. Por exemplo, no célebre texto de Heidegger sobre o **se**, trata-se por um lado dos transportes de massa e, por outro, daquilo que alguns chamam de "os meios de comunicação de massa". Eis dois referentes muito reais que são o objeto possível de um discurso comum, e que o sistema de relações constitutivo do discurso filosófico oculta. Não é apenas uma palavra que é dita no lugar de outra, é o discurso enquanto tal, e através dele todo o campo, que funciona como instrumento de censura.

Há mais: tratando-se, por exemplo, de determinar a estrutura daquilo que é dito no lugar em que estamos não basta fazer uma análise do discurso, é preciso apreender o discurso como produto de todo um trabalho sobre o grupo (convite ou não-convite, etc.). Em suma, é preciso fazer uma análise das condições sociais de constituição do campo em que é produzido o discurso, pois é aí que reside o verdadeiro princípio do que poderia ser dito aqui e do que não poderia ser dito. Mais profundamente, uma das maneiras mais eficientes, para um grupo, de reduzir as pessoas ao silêncio, é excluí-las das posições de onde se pode falar. Ao contrário, uma das maneiras para um grupo controlar o discurso consiste em colocar nas posições onde se fala, pessoas que só dirão aquilo que o campo autoriza e solicita. Para compreender o que pode ser dito num sistema de ensino, deve-se conhecer os mecanismos de recrutamento do corpo de professores e seria totalmente ingênuo pensar que é ao nível do discurso dos professores que se pode apreender aquilo que pode ser dito e porque.

Qualquer expressão é de certa maneira uma violência simbólica que só pode ser exercida por quem a exerce e só pode ser sofrida por quem a sofre devido ao

fato de ser desconhecida como tal. E se ela é desconhecida como tal, é em parte porque é exercida pela mediação de um trabalho de eufemização. Ontem alguém evocava o problema da recepção (a propósito da eficácia da ideologia): o que digo engloba tanto a produção quanto a recepção. Quando, por exemplo, em *Éducation Sentimentale* Flaubert projeta toda sua "representação" da estrutura da classe dominante, ou, mais exatamente, a relação que ele mantém com sua posição na classe dominante, sob a forma da impossibilidade de ver esta classe de outra maneira, ele projeta algo que ele mesmo ignora, ou melhor, que ele nega e desconhece porque o trabalho de eufemização ao qual ele submete esta estrutura contribui para ocultá-la dele próprio, algo que também é desconhecido e negado pelos comentadores (porque eles são o produto das próprias estruturas que comandaram a produção da obra). Dito de outra maneira, para que Flaubert seja lido hermeneuticamente, é preciso levar em conta todo o sistema que produz o seu próprio discurso entre outros. Quando se fala de ciência das obras é pois importante saber que, pelo simples fato de autonomizar as obras, lhes concedemos aquilo que elas pedem, isto é, tudo! ²

Extraído de: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 108-111.

² Desenvolvimentos complementares sobre este tema poderão ser encontrados em P. Bourdieu, "L'ontologie politique de Martin Heidegger", *Actes de la Recherche en sciences sociales*, 5-6, novembro de 1975.